

9

As desonerações do IPI e da CIDE

Com a intenção de estimular a economia neste ano, após um fraco crescimento do PIB em 2011 (2,7%) e um crescimento esperado menor neste ano (1,9%)¹¹, o Governo Federal promoveu nova desoneração do IPI do setor de automóveis e da chamada linha branca, repetindo a estratégia de incentivo ao consumo utilizada em reação a crise econômica a partir de 2008. Mais uma vez os instrumentos de renúncia selecionados foram aqueles compartilhados com os demais entes da Federação, se concentrando, principalmente, no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõe o FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Além da desoneração do IPI, o governo decidiu zerar o valor da Contribuição da intervenção do domínio econômico (CIDE) combustíveis, de forma a evitar o aumento do preço dos combustíveis para a população e não pressionar a inflação, já que o combustível é insumo para a produção de quase todos os bens e serviços da economia. A CIDE é a única das contribuições criadas pelo Governo Federal que é compartilhada com Estados e Municípios, portanto esta alteração também afeta as finanças municipais.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou o impacto das últimas renúncias anunciadas, concluindo que a redução do IPI desde o final de 2011 irá impactar as transferências de FPM deste ano em R\$ 482 milhões. Quanto a CIDE, as reduções implementadas desde o último trimestre de 2010 acumulam até o segundo trimestre deste ano uma renúncia de R\$ 679 milhões. Esses impactos somam um prejuízo para as prefeituras brasileiras de R\$ 1,16 bilhões.

Desoneração do IPI

A última desoneração do IPI que teve impacto na arrecadação deste ano, foi para a linha branca e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2011. O imposto para fogão passou de 4% para zero; geladeira, de 15% para 5%; máquina de lavar, de 20% para 10%; e máquina de lavar semi-automática (tanquinho), de 10% para zero. Durante quatro meses, a renúncia fiscal relativa a esses produtos foi de R\$ 361 milhões, segundo a Receita Federal.

Em março o Governo Federal prorrogou por mais três meses as reduções das alíquotas do IPI incidentes sobre a linha branca e incluiu novas desonerações para setores de móveis, laminados, papel de parede e luminárias. Com a mudança, estima-se uma renúncia adicional de R\$ 271

11 Informação do Relatório Focus do BCB (julho de 2012).

milhões para a linha branca. Já a desoneração para móveis e laminados implicará numa renúncia de R\$ 198 milhões, e com a do papel de parede e luminárias o governo deixará de arrecadar R\$ 20 milhões. Totalizando as desonerações entre o dia 26 de março até final junho, chegamos a uma renúncia de R\$ 489 milhões. Ver quadro abaixo.

Tabela de desoneração do IPI

DESCRIÇÃO	Alíquota Normal	Alíquota Temporária	Desoneração
	(%)	(%)	
Fogões de cozinha	4	Zero	R\$ 271 milhões de 26/03/2012 a 30/06/2012
Refrigeradores e congeladores	15	5	
Lavadoras de roupa (automáticas, semiautomáticas)	20	10	
Lavadoras de roupa (tanquinhos)	10	Zero	
Móveis	5	Zero	R\$ 198 milhões de 26/03/2012 até 30/06/2012
Laminados PET	15	Zero	R\$ 20 milhões de 26/03/2012 até 30/06/2012
Papel de parede	20	10	
Luminárias e lustres	15	5	

Fonte: Ministério da Fazenda

Recentemente o governo anunciou um novo conjunto de medidas voltadas ao incentivo fiscal do setor automotivo. Os carros de até 1.000 cilindradas terão a alíquota do IPI reduzida de 7% para zero, tanto para carros movidos a gasolina quanto a álcool. Os carros acima de 1.000 e até 2.000 cilindradas terão redução na alíquota de 13% para 6,5% para os veículos movidos à gasolina e de 11% para 5,5% para os movidos a álcool. Os veículos comerciais leves passaram de 4% para 1% em ambos os modos de abastecimento.

Redução de IPI automóveis

Cilindradas	Gasolina	Álcool/Flex
1.000	de 7% para zero	de 7% para zero
De 1.000 a 2.000	de 13% para 6,5%	de 11% para 5,5%
Comerciais leves	de 4% para 1%	de 4% para 1%

A previsão do Governo Federal é de que a renúncia fiscal, que se estenderá até o final de agosto, corresponda a R\$ 1,2 bilhões.

Todas as desonerações do IPI concedidas em 2012 (até o momento) implicam numa renúncia de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões. Como vemos na tabela abaixo, R\$ 632 milhões referem-se à linha branca, R\$ 1,2 bilhões aos automóveis e R\$ 218 milhões aos demais itens. Logo, o impacto total destas desonerações no FPM de 2012 é de uma queda de quase meio bilhão para o caixa das prefeituras.

Previsão do Governo Federal para o FPM total de 2012 (R\$ milhões)

Item	Valor
FPM 2012 - Avaliação 1º bimestre	73.838
Desoneração do IPI linha branca	632
Desoneração do IPI moveis / papel de parede e demais	218
Desoneração do IPI automoveis	1.200
Total da desoneração	2.050
Impacto no FPM (23,5%)	482
FPM 2012 considerando desonerações	73.356

Assim, de acordo com a última previsão do Governo Federal para o FPM 2012, realizada na Avaliação Orçamentária do 1º bimestre, o montante total seria de R\$ 73,83 bilhões. Com o impacto das desonerações, a previsão passa a ser de R\$ 73,35 bilhões.

A redução da CIDE – Combustíveis

Atualmente, 29% da arrecadação feita pela União é repassada aos Governos Estaduais, que, respectivamente, devem repassar 25% aos seus Municípios. Esta contribuição é constantemente utilizada para ajustar o nível de preços dos combustíveis ao consumidor. Como podemos ver na tabela abaixo foram cinco as alterações na alíquota da contribuição desde 2009. Como exemplo vemos as mudanças da alíquota referente a gasolina, que passou de R\$ 230 por metro cúbico em junho de 2009 para zero agora em junho de 2012.

Mês/Ano	Nº Decreto	Alíquota Gasolina (m³)
jun/09	6.875	230,00
fev/10	7.095	150,00
set/11	7.570	192,60
out/11	7.591	91,00
jun/12	7.764	0,00

A CNM estimou o impacto para as finanças municipais destas desonerações considerando o período desde o último trimestre de 2010 até 2º trimestre deste ano. Considerando como referência a alíquota que vigorava em 2009, o total que deveria ter sido repassado aos municípios seria de R\$ 1,28 bilhões, enquanto que efetivamente foram repassados apenas R\$ 669 milhões. Dessa forma, o impacto da renúncia realizada pelo Governo Federal para os municípios foi R\$ 679 milhões no período.

Impacto da redução da alíquota da CIDE			
Trimestre	Repasse Efetivo	Repasse estimado (Alíquota 06/2009)	Renúncia
4º - 2010	119.923.319,01	183.882.422,48	63.959.103,47
1º - 2011	119.958.472,48	183.936.324,46	63.977.851,99
2º - 2011	141.935.519,09	217.634.462,60	75.698.943,51
3º - 2011	148.097.702,52	227.083.143,87	78.985.441,35
4º - 2011	112.509.256,91	284.364.055,93	171.854.799,02
1º - 2012	73.390.253,23	185.491.848,83	112.101.595,60
2º - 2012	73.390.253,23	185.491.848,83	112.101.595,60
Total	669.281.457,47	1.284.001.684,53	678.679.330,53